

## **Mídia: os direitos humanos e a cidadania da criança e do adolescente**

09/10/2004

**Joelma da Silva Oliveira\***

Ao contrário de outros temas de relevada importância, como meninos de rua e o trabalho infantil, os carentes e marginalizados pelo monopólio e pelo oligopólio da comunicação somos todos nós, que vemos a cada dia novas mentiras e meias verdades serem divulgadas pela mídia.

O cotidiano em que somos emudecidos pelo poder aquisitivo empresarial com a convivência do Estado, nos leva a refletir a comunicação de forma mais apurada.

A comunicação, além de ser uma necessidade humana e um direito fundamental torna-se, também, num instrumento de defesa dos direitos humanos e da cidadania, sobretudo em uma época em que a violação a esses direitos tem sido cada vez mais praticada.

Considerando essa importância, estudar a mídia impressa paraibana passa a ter um significado particular por cada uma vez mais os jornais locais têm abordado a temática criança e adolescente. Por outro lado, ainda nos deparamos com as contradições evidentes entre a realidade da luta em prol da cidadania e o contexto de imposições da globalização e do contexto de mudanças, sobretudo econômicas, políticas e culturais.

Partindo do princípio da comunicação como instrumento de defesa dos direitos humanos, o presente artigo tem a pretensão de refletir o discurso da mídia enquanto delimitadora de espaços, pensamentos, idéias e consensos do contexto social. A mídia torna-se indispensável na educação para a cidadania. Como parte da sociedade civil e do Estado tem um papel educativo e político na conquista da cidadania, sobretudo quando dá visibilidade aos problemas e busca apontar saídas.

A contribuição da mídia através da cobertura dos temas como a violência praticada contra crianças e adolescentes, a falta de respeito e cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) passa a ser um indicativo de seu papel educativo. Mas por outro lado ainda falta uma melhor compreensão dos direitos que assistem esse público, sobretudo quando abordados enquanto agentes da violência.

O "cidadão de papel" que Dimenstein aborda no seu livro de mesmo título contempla perfeitamente a ausência de uma preocupação com o real papel da mídia. Criança e adolescente como os demais segmentos não passam de números.

O tratamento dispensado pela mídia mostra como os direitos humanos e os direitos de cidadania da criança e do adolescente encontram barreiras culturais e políticas, desvelando uma das fragilidades do Estado Democrático de Direito.

As mensagens midiáticas não evidenciam o devido tratamento aos mecanismos de proteção dos direitos da criança e do adolescente e a urgente necessidade de serem conhecidos e aprofundados.

Estudos e pesquisas têm mostrado que é necessário questionar o nível de compromisso social do jornal e dos profissionais com a qualidade da informação em prol dos direitos humanos e a cidadania. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Rede ANDI) tem fortalecido essa discussão levando profissionais, empresas de comunicação e a sociedade em geral a refletirem sobre a necessidade de um maior compromisso, tanto do profissional quanto da empresa de comunicação, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade preocupada com suas crianças e adolescentes.

Devemos ver a mídia com fator essencial para o desenvolvimento da educação de uma sociedade. Dimenstein contribui com esse pensamento afirmando que “a mídia é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma nação, portanto exigir que somente a escola cuide da educação é uma covardia”.

Acreditamos que a comunicação e a liberdade de expressão devam refletir o mais elevado grau de democracia para uma sociedade. Mas também não podemos esquecer que a democracia se constrói a partir do respeito aos direitos humanos sem qualquer distinção, quer de cor, de raça, de classe social, de idade ou qualquer outra que possamos imaginar ou tolerar.

O fenômeno da comunicação, nos dias atuais, nos leva à necessidade de aprofundar várias questões do cenário brasileiro, quer no âmbito cultural, político e, sobretudo, econômico. É impossível pensar a atuação da mídia sem considerarmos tais aspectos, uma vez que os meios de comunicação em geral passam por influências econômicas e políticas gritantes.

Como afirma Levisky (1998, p. 156), “... a sociedade contemporânea vive profunda contradição entre maior liberdade e individualidade versus intensa pressão e força de persuasão imposta pela mídia e pelas tendências consumistas”.

Segundo Dimenstein *apud Paiva (2004)* “à mídia cabe o papel de estimular ‘a grande rede de educação’ do País”, exigindo uma postura mais responsável dos meios de comunicação.

Como alerta a ANDI, “seria ideal que os jornalistas não cobrissem as políticas governamentais e as práticas não-governamentais apenas em contexto de crise. As soluções apresentadas durante as crises tendem a ser imediatistas e desprovidas de reflexão sobre os acontecimentos. É dessa maneira que se forma a tendência em perceber a realidade a partir mais de soluções repressoras, penais, legais e menos por meio de políticas sociais, de justiça e de segurança preventiva”.

O tratamento dispensado aos assuntos que envolvem criança e adolescente é, com raras exceções, desprovido de contextualização, de investigação das causas, e priorizam, sobretudo a descrição dos fatos, e o que prevalece são as manchetes quentes, sensacionalistas.

Assim, apesar da mídia divulgar os abusos e violações dos direitos da criança e do adolescente, ainda está aquém do que deveria fazer para conscientizar a sociedade, procurando ir além da mera informação, mas sobretudo, servindo como instrumento para apontar as transformações possíveis e necessárias na defesa dos direitos humanos e da cidadania.

Na evolução da história do país, a mídia sempre acompanhou o avanço da conquista dos direitos, ajudando até no processo de formação, mas sempre do ponto de vista de divulgar as idéias dos que planejavam os direitos. Em relação aos direitos humanos e a cidadania de criança e adolescente não tem sido diferente pelo que revelam as matérias e as entrevistas realizadas.

É importante ressaltar que o enfoque dado pela mídia às notícias sobre a criança e o adolescente, na maioria, não passa do denunciamento, o que evidencia: a falta de clareza do respeito aos direitos humanos; a ausência de conhecimento dos instrumentos de proteção dos direitos da criança e do adolescente por parte dos profissionais e das empresas de comunicação e o uso restrito da notícia como fator de mercado.

A pesquisa da ANDI aponta para a análise de que, como as matérias sobre violência não são acompanhadas de um debate sobre as possíveis soluções para o problema, é possível questionar sobre o nível de compromisso social. A qualidade de informação, a sua contextualização, a busca das causas e pontos de ações são critérios de indicação do compromisso da mídia com a qualidade da informação.

Se a informação prescinde o valor ético-jurídico da verdade, nada mais que a pesquisa e o debate aprofundado para se garantir o compromisso da mídia com a cidadania.

Assim como seria ideal para os que fazem a mídia – rádio, jornal, televisão, Internet entre outras - conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente para não reforçar a imagem, os estereótipos criados em relação à infância e à adolescência.

Tornar a comunicação um instrumento de educação para a cidadania a partir de suas próprias frentes de atuação, mostrando que muitas de suas limitações se devem ao sistema monopolizador de comunicação em vigor no país e da falta de uma ação conjunta, voltada para reverter esse quadro.

#### Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Balas perdidas**: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Brasília: Policor, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 11. ed. - São Paulo: Ática, 1995.

LEVISKY, David Léo. A mídia: interferências no aparelho psíquico. *In*: LEVISKY, David Léo. **Adolescência pelos caminhos da violência**: a psicanálise na prática social. São paulo: casa do Psicólogo, 1998.

PAIVA, Uilson. **Mídia no Brasil é deseducadora e imbecilizante, acusa Dimenstein**. Disponível em 20/04/2004. <<http://www.reportersocial.com.br>. Acesso em 24/04/2004.

\***Joelma da Silva Oliveira** é professora da Habilitação de Relações Públicas do Curso de Comunicação Social da UFPB. Também é Jornalista e Especialista em Direitos Humanos.